

Indexação colaborativa de acervo de imagens em acesso aberto: a experiência do IBGE

Luciana Ferreira Lau

lucianaflau@gmail.com

Luana Farias Sales Marques

luanafsales@gmail.com

Resumo

Apresenta o relato de experiência na busca pela colaboração de usuários externos para a indexação e melhoria dos metadados do acervo fotográfico dos municípios brasileiros. Mostra o percurso para realização da «indexação colaborativa» do acervo, com foco nos usuários externos reais e potenciais e os limites encontrados no sistema de catalogação de acervo que era utilizado pela Biblioteca. Relata às experiências de inclusão de metadados a fim de atender as demandas dos usuários internos e as dificuldades encontradas neste processo. E aponta os desafios futuros relacionados aos sistemas de gestão e disseminação do acervo fotográfico.

Palavras-chave: Indexação colaborativa, Metadados, Acervo de imagens, Fotografia.

Collaborative indexing of collection of images in open access: The IBGE experience

Abstract

It presents the report of experience in the investigation for the collaboration of external users for the indexation and improvement of the metadata of the photographic collection of the Brazilian cities. It shows the route for «collaborative indexing» of the collection, focusing on real and potential external users and the limits found in the collection cataloging system that was used by the Library. It reports on the experiences of including metadata for the purpose of meet the demands of internal users and the difficulties encountered in this process. It also identifies future challenges related to the management and dissemination of the photographic collection.

Key-words: Collaborative indexing, Metadata, Collection of images, Photography.

Introdução

Entende-se que o produtor e o usuário da informação podem contribuir para a seleção de metadados a fim de que a informação possa ser armazenada, recuperada e reutilizada. Porém, quando não é possível entrar em contato com quem produziu a informação? Quando, em alguns casos, não há informação sobre o item que a ser descrito? Quando os potenciais usuários compreendem um grupo muito diversificado; tal como moradores de uma cidade? Estes foram os desafios enfrentados na busca pela colaboração dos usuários na indexação do acervo fotográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IBGE conta com uma coleção iconográfica de cerca de 46.900 fotografias divididas em quatro coleções; a coleção de Acervo de Municípios Brasileiros possui cerca de 26.300 fotografias, e mais 36.000 fotografias que ainda serão tratadas. Esta coleção possui fotografias dos municípios brasileiros de origens diversas, recebidos dos moradores ou prefeituras da cidade. Assim como o IBGE busca retratar o Brasil, por meio de dados e informações estatísticas e geocientíficas, pretende fazer o mesmo por intermédio de seus acervos fotográficos, em especial pela Coleção de Municípios Brasileiros.

Este artigo apresenta um relato de experiência na busca de colaboração de usuários na indexação e melhoria de metadados para usuários internos e externos.

Indexação de imagens, metadados e a busca por colaboração

Em uma biblioteca, a indexação é uma das etapas do tratamento técnico do acervo, que tem como um dos propósitos principais, segundo Lancaster (2004) construir uma representação dos documentos. Para isso, de acordo com o autor, no processo se identificam os assuntos tratados no documento, esta identificação ocorre em duas etapas; análise conceitual e tradução. O autor explica que na análise conceitual se decide de que trata o documento e na tradução a análise conceitual é convertida em um determinado conjunto de termos de indexação.

O acervo de uma biblioteca pode ser constituído por livros e periódicos ou materiais considerados especiais, por possuir especificidades se comparado aos materiais bibliográficos, Amaral (1987) adota o termo multimeios para designar materiais como mapas, cartas, atlas, globos, brinquedos. Pode-se incluir neste grupo a fotografia. Observa-se a diferenciação do tratamento técnico da fotografia ao analisar o Código de catalogação anglo-americano AACR2, utilizado por bibliotecários para realização do processo de catalogação, que tem um capítulo específico de materiais gráficos, no qual se inclui a fotografia. Na indexação pode-se observar que o livro de Lancaster (op. cit.) possui o capítulo «Bases de dados de imagens e sons» no qual se inclui a fotografia.

As especificidades da indexação de fotografia são discutidas por diversos autores, Besser (1990) explica que mesmo que o sujeito tenha criado a imagem para um propósito específico, a imagem pode ser utilizada para propósitos não previstos pelo criado ou

capturador original. Assim a fotografia de uma praça, capturada, por um morador, com o objetivo de guardar a memória do lugar, pode ser utilizada para estudos sobre em urbanismo, para estudos sobre espaços de convivência nas cidades, se tiver uma estátua, pode ser utilizada em estudos sobre esculturas, sobre história do local etc.

Enser (1995) coloca que este é o problema central para a recuperação de informação visual, que qualquer imagem pode ser considerada pertinente para interesses amplamente variados, e ressalta que seu potencial de utilidade é imprevisível. Devido à potencialidade da fotografia de ser utilizada para os diversos fins é preciso que a indexação se centre em possíveis usuários. Contudo Fidel (1994) expõe que mesmo a indexação centrada no usuário não pode prever todos os pedidos que um documento pode atender. Porém a autora afirma que a indexação centrada no usuário é mais promissora, pois se adapta as solicitações dos usuários. Assim ao iniciar o processo de tratamento técnico das fotografias da Coleção de Municípios Brasileiros buscou-se recuperar as solicitações de fotografias da coleção que já estavam disponíveis, para conhecer os interesses dos usuários que buscavam pelas fotografias do acervo.

A Coleção de Municípios Brasileiros tem como particularidade ser formada por fotografias enviadas por usuários, um acervo formado de modo colaborativo. Inicialmente as fotografias, em meio físico, eram enviadas por meio das agências do IBGE presentes nos municípios. Atualmente a Biblioteca mantém um serviço de envio de fotografias, no qual os usuários podem encaminhar suas fotografias, em formato digital. Mesmo antes da existência de uma Web 2.0 o IBGE já apostava na colaboração como forma de desenvolver um acervo fotográfico dos municípios no Brasil. E hoje busca utilizar das potencialidades da Internet para conseguir a completude de seu acervo, a fim de poder retratar por meio de fotografias todos os municípios brasileiros.

O termo Web 2.0 foi cunhado por O'Reilly e tem como definição «[...] um conjunto de tendências econômicas, sociais e tecnológicas que coletivamente formam a base para a próxima geração da Internet - um modelo mais maduro, um meio distintivo, caracterizado pela participação, abertura e efeitos de rede.» (MUSSER; O'REILLY, 2007, p. 5, tradução nossa). Os autores afirmam que mais importante que a definição são os núcleos padrões que caracterizam a Web 2.0, dentre os quais destaca-se «aproveitando a inteligência coletiva». E entre os demais padrões pode-se destacar também: o foco no usuário.

O núcleo padrão «aproveitando a inteligência coletiva» possui dois princípios fundamentais: usuários adicionam valor diretamente por meio de sua participação, e indiretamente por meio de suas ações. E os usuários criam conteúdo, comentam, conversam, carregam, compartilham, recomendam, vinculam, agregam, filtram, pesquisam, interagem on-line de muitas outras maneiras. E cada uma dessas ações agregam valor e criam novas

oportunidades. Como melhores práticas deste núcleo padrão ressalta-se «confie em seus usuários».

A possibilidade de participação em plataformas colaborativas faz alusão à indexação colaborativa que, realizada no âmbito da Web 2.0 tem sido nomeada de folksonomia, na qual os usuários utilizam tagging ou palavras-chave pessoais para classificar objetos online, incluindo fotos, produtos, e posts em blogs. (MUSSER; O'REILLY, 2007). A indexação colaborativa ou baseada no usuário deve ser usada em um sistema de recuperação dinâmica que permita aos usuários contribuírem com o processo de indexação e recuperação. (BROWN et al., 1996). Para os autores é a possibilidade dos usuários registrarem seus índices pessoais oferecem uma abordagem democrática à indexação.

A indexação colaborativa ou democrática é uma resposta à crítica feita por Rafferty e Hilderley (2007) com relação à indexação tradicional caracterizada como monológica, na qual profissionais e autores selecionam os metadados, e acrescentam que o interesse nas práticas recentes de folksonomias e etnoclassificação e software social, sugere mudança para uma prática dialógica. Que permite interação entre usuários, profissionais e sistemas na medida em que o fluxo informacional tem dupla direção, e na medida em que usuários criam informações que podem estar presente nos metadados das instituições.

Merholz (2004) coloca que muitos sistemas de classificação possuem abordagem inflexível de cima para baixo, e isto força os usuários a verem o mundo de forma desconhecida. No entanto a classificação social, segundo Matusiak (2006) traz a linguagem do usuário, sua perspectiva, experiência, e oferece oportunidades para o envolvimento do usuário. E o envolvimento como forma de colaboração do usuário é o que o IBGE busca não somente para o desenvolvimento e completude da Coleção de Municípios Brasileiros, mas também para a indexação das fotografias do acervo.

Quando foi iniciada a atividade de tratamento técnico das fotografias da Coleção de Municípios Brasileiros, o IBGE possuía um sistema interno para controle do acervo no qual eram inclusos os metadados das publicações, nomeado Infobib. Que possuía os campos básicos para uma catalogação em primeiro nível: Número de Identificação, Tipo de material, Autor, Título, Local, Editor, Ano, Descrição física, Série, Notas, Assuntos, Título Secundária. O sistema não utilizava padrões de compartilhamento e de descrição de metadados, com campos livres quaisquer dados poderiam ser incluídos e isso ocasionava inconsistências que foram equacionadas, no início do tratamento do acervo fotográfico. Com fechamento de campos, foram criadas listas para seleção de autor, assunto, editor e série.

Na pesquisa para conhecer quem eram os usuários que solicitavam fotografias, quais eram os tipos de solicitações e quais os usos que estes faziam das fotografias observouse que

em sua maioria eram usuários que pretendiam utilizar as fotografias em publicações, blogs, sites e reportagens. Contudo o usuário só realiza a solicitação para uso das fotografias se necessitar da fotografia em alta resolução, caso contrário pode baixar a fotografia e compartilhar em blogs, perfis nas redes sociais e sites, só citando a fonte.

Com base nisso foi realizada pesquisa diretamente na Internet e percebeu-se que o acervo era mais utilizado do que se supunha. Foram encontradas diversas fotografias do acervo principalmente em blogs de moradores que com as fotografias do acervo contavam histórias sobre sua cidade. Observou-se que uma fotografia continha várias histórias entrelaçadas, dos próprios itens presentes na fotografia, mas também de pessoas que conviveram ou convivem naqueles locais que estavam fixados nas imagens. Lendo as histórias nos blogs, nos sites das prefeituras, no site das instituições e empresas das cidades, nas redes sociais percebeu-se que se precisava dos usuários para contar as histórias das fotografias.

Mesmo em contato com pesquisas sobre classificação social, etnoclassificação, indexação colaborativa ou democrática e folksonomia, percebeu-se que devido aos limites do sistema no qual as fotografias seriam catalogadas e as restrições de segurança necessárias para a proteção dos dados e informações institucionais, não seria possível, naquele momento, realizar mudanças a fim de que usuários pudessem colaborar na indexação utilizando seus descritores ou tagging. O que era considerado importante para o tratamento técnico do acervo, seleção de conteúdo para os metadados e principalmente para indexação.

Percebe-se durante as pesquisas sobre a participação e colaboração dos usuários, o quanto esta seria importante para a indexação das fotografias, que mesmo quando em um centro específico de pesquisa é um processo complexo. Pois conforme Hilderley e Rafferty (1997) a indexação democrática tem como base a concepção de que os usuários tem sua própria interpretação da imagem, que são potencialmente diferentes. E que essas diferenças podem se manifestar com foco para partes diferentes da imagem e também um vocabulário diferente para descrever a imagem.

São fotografias diversas, com histórias diversas e que poderiam ser contadas pelas pessoas que tem histórias ligadas às elas. Estas histórias fazem parte da inteligência coletiva. Que segundo Lévy (2007) é uma inteligência valorizada e distribuída, pois ninguém sabe tudo e cada um sabe alguma coisa. Quando se valoriza o conhecimento do outro, cria-se um diálogo que é possibilitado pela Web 2.0, que para Maness (2006, p. 1) [...] «é uma matriz de diálogos e não uma coleção de monólogos.»

Com objetivo de buscar um diálogo e com os diversos exemplos na literatura de colaboração dos usuários, determinou-se que o processo contaria com a presença dos usuários, mesmo que de forma passiva. Assim baseando-se dos padrões e princípios da Web

2.0 decidiu-se por buscar na Internet a fala do usuário. Objetivando, conforme coloca Sundt (2002), construir uma ponte entre os usuários, as imagens e os textos usados para descrever as imagens, sendo este um dos maiores desafios para profissionais que atuam em novas ferramentas que auxiliam os usuários no acesso às imagens.

Na seleção dos metadados e seus conteúdos percebeu-se que seria necessário um vocabulário controlado que permitisse a inserção de palavras de linguagem natural, a fim de incluir principalmente as diferenças regionais no uso das palavras e estas diferenças pudessem refletir na busca dos usuários. Contudo a forma que o sistema foi estruturado não permitia inserção de termos de linguagem natural, nem mesmo o relacionamento entre os termos para que fossem recuperados na busca. Os metadados presentes nas bases eram os mesmo para todos os tipos de materiais. E apesar dos estudos relativos ao tratamento técnico de acervo fotográfico, não foi possível realizar mudanças no sistema para adequação ao tratamento das fotografias, pois mudanças no sistema eram difíceis de serem realizadas, devido a este ter configuração antiga e não possuir documentação.

O campo utilizado para nomes de autores e entidades não tinha estruturação para incluir as informações de diferenciação ou de alterações de nomes. Assim resolveu-se utilizar o campo de título na secundária para incluir tanto títulos com nomes utilizados na região, caso não constasse no título incluído pelo autor da fotografia. E também para registrar os diversos nomes de uma instituição. Com base nas falas dos usuários observou-se que além de nomes diferentes de uma mesma instituição, um mesmo prédio pode, durante sua história, ter abrigado diferentes instituições ou empresas e que esta informação é importante para a geração que viveu determinado período como para as novas gerações, a fim de que conheçam sua história. O conteúdo do metadados do campo de secundária de título foi definido com base na busca de colaboração do usuário externo.

catálogo

ID: 40265

Código de Localidade: 3304557

Município: Rio de Janeiro

Tipo de material: fotografia

Título: [Vista panorâmica da cidade] : Igreja da Candelária : Rio de Janeiro (RJ)

Local: [S. l.]

Editor: [s. n.]

Ano: [19-]

Descrição física: 1 fot. : p&b

Série: Acervo dos municípios brasileiros

Notas: A Igreja de Nossa Senhora da Candelária, mais conhecida como Igreja da Candelária ou somente Candelária, é um edifício histórico, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro. Sua origem remete a uma pequena capela construída na Praça Pio X, inaugurada em 18 de agosto de 1634, por devoção de Antônio Martins de Palma e sua esposa, Leonor Gonçalves, que em uma tormenta durante uma viagem de navio para o Rio de Janeiro, prometeram erguer uma igreja em louvor a Nossa Senhora da Candelária, caso chegassem sãos e salvos na cidade. Em 1775, devido à má conservação da capela, decidiu-se pela construção de um novo templo, que seria finalizado apenas em 10 de julho de 1898. A atual edificação possui estilo barroco, com indícios do neo-clássico, tendo fachada em cantaria, portas de bronze e interior revestido em mármore. A pintura do seu interior é de autoria de Zeferino da Costa, e seus discípulos Rodolfo Bernardelli e Castagneto, incluindo o altar-mor, onde quatro painéis retratam fatos da vida da Virgem Maria. A decoração da Igreja foi realizada em 1880, quando a Igreja foi concluída. Sua cúpula foi erguida a partir de 1877, e dela participaram o arquiteto prussiano Gustavo Waehnelde, além de Francisco Joaquim Bethencourt da Silva e Daniel Pedro Ferro Cardoso, tendo sido este último o autor do projeto definitivo. As portas de acesso em bronze com figuras em relevo são do escultor Teixeira Lopes. A Igreja foi totalmente concluída em 1898.

Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/igreja-da-candelaria>. Acesso em: jul. 2015.Disponível em: <http://www.marcellio.com/rio/encepvca.html>. Acesso em: jul. 2015.**Assuntos:**

Cidades e vilas; Habitações; Igrejas (Edifícios); Rio de Janeiro (Estado); Rio de Janeiro (RJ); Vistas panorâmicas

Título Secundárias: Candelária; Igreja de Nossa Senhora da Candelária

Download(s):



© 2018 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Figura 1 – Uso do campo de título na secundária para nomes pelos quais a instituição é conhecida na cidade.

Fonte: Acervo IBGE.

catálogo

ID: 39828
 Código de Localidade: 3304557
 Município: Rio de Janeiro
 Tipo de material: fotografia
 Título: Departamento dos Correios e Telegraphos : Rio de Janeiro (RJ)
 Local: [S. I.]
 Editor: [s. n.]
 Ano: [19-]
 Descrição física: 1 fot. : p&b
 Série: Acervo dos municípios brasileiros


Notas: O edifício dos Correios e Telégrafos está localizado no centro do Rio de Janeiro. Suas obras foram concluídas em 1743, com a denominação de Casa dos Governadores e o intuito de ser a primeira casa nobre destinada ao governo da então Capitania. Suas feições foram inspiradas no Paço da Ribeira, residência dos monarcas portugueses em Lisboa. Com a transferência da sede do governo-geral, da Bahia para o Rio de Janeiro em 1763, a casa se torna o Palácio dos Vice-Reis, função que mantém até a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808. Transformado em Paço Real, em 1808, o antigo palácio - ao qual são anexados, por passadiços, os prédios do Convento do Carmo e da Cadeia Velha - assume a missão de abrigar a família real e torna-se centro dos acontecimentos políticos, festas reais e cerimônias monárquicas. No 2º Império, sob o reinado de D. Pedro II, um terceiro passadiço une o Paço à tribuna da Capela Imperial. O Paço Real - depois Imperial ou da Cidade - é palco de diversos acontecimentos da história do Brasil: aclamação de dom João VI, o Dia do Fico, coroação de Pedro I e Pedro II e assinatura da Lei Áurea. Abriga também celebrações e cerimônias de gala realizadas pela monarquia como aniversários, casamentos, batizados, funerais etc. Com a República, o Paço é destituído de suas funções políticas e de poder, e passa a sediar a repartição dos Correios e Telégrafos. Em 1938, é tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan. Hoje, a história do prédio é objeto de visitas guiadas, pesquisas e exposições promovidas pelo setor educativo do centro cultural, visando à integração entre história, arte contemporânea e cidade.

Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao16203/paco-imperial-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: jul. 2015.

Assuntos:
 Centros culturais; Edifícios dos correios; Edifícios públicos; Monumentos; Prefeituras; Rio de Janeiro (Estado); Rio de Janeiro (RJ); Telégrafo

Título Secundárias: Casa dos Governadores; Centro Cultural Paço Imperial; Correios e Telégrafos; Departamento dos Correios e Telégrafos; Paço da Cidade; Paço Imperial; Paço Real; Palácio dos Vice-Reis

Download(s):



© 2018 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Figura 2 – Uso do campo de título na secundária para nomes das instituições que o prédio abrigou. Fonte: Acervo IBGE.

Metadados segundo Gilliland-Swetland (1998) além de identificar ou descrever um objeto de digital, também registram seu comportamento, sua função, seu uso, sua relação com outros objetos de digital e a maneira como eles devem ser gerenciados. Observa-se que os metadados podem ser de objetos digitais ou físicos. A autora coloca que os metadados podem ser criados por especialistas em informação e por autores, acrescenta a este grupo de criadores, o usuário; em publicação posterior. E que este tipo de contribuição tem ganhado força e variedade de locais na rede, em blogs, plataformas de carregamento de fotografias e vídeos. E pode ser nomeada de metadados social.

Os metadados sociais são «Informações adicionais sobre um recurso resultante de contribuições do usuário e atividades on-line, como marcação, comentários, resenhas, imagens, vídeos, classificações, recomendações, que ajudam as pessoas a encontrar, entender ou avaliar o conteúdo.» (SMITH-YOSHIMURA; SHEIN, 2011, p. 10) Segundo as autoras os metadados sociais podem enriquecer os metadados existentes e podem ser integrado ou separado do conteúdo dos sites de bibliotecas, arquivos e museus. O aumento da criação e compartilhamento de conteúdo e metadados pelos usuários tem como base a Web 2.0, principalmente em seu núcleo padrão de «aproveitamento da inteligência coletiva» e seu princípio de «foco no usuário».

E foi com base no núcleo padrão que caracteriza a Web 2.0 «aproveitamento da inteligência coletiva» e no «foco no usuário» que se estabeleceu a forma de colaboração do usuário para conteúdo de metadados, indexação e informações históricas sobre os itens representados nas fotografias. Devido a questões relacionadas aos limites do sistema e a restrições de segurança das informações no site do IBGE, a contribuição dos usuários não poderia ser realizada diretamente no portal, o que seria uma forma ativa de participação. Diante disso estabeleceu-se uma forma de colaboração passiva. Os bibliotecários, na etapa nomeada pesquisa fotográfica, busca em sites da prefeitura, sites de jornais locais, Google Maps, sites de instituições locais, blogs, plataformas de fotografias, plataformas Wiki, perfis em redes sociais e outros, conteúdos gerados pelos usuários, que possam ser utilizada para enriquecer os metadados.

Os espaços para criação e disseminação de conteúdo, por parte dos usuários, foi ampliado, contudo é preciso estar atento às informações e dados encontrados, pois como expõe Tomaél et al. (2001) qualquer pessoa pode colocar qualquer informação na Internet, assim torna-se importante determinar a responsabilidade intelectual da fonte, quem está disseminando ou disponibilizando a informação, datas de publicações e atualização, consideradas informações técnicas sobre o conteúdo disponibilizado. São itens avaliados no momento da pesquisa fotográfica além de restrições quanto direitos autorais. Com a prática da ciência aberta é possível encontrar em repositórios institucionais artigos, monografias, dissertações e teses com informações e dados sobre itens presentes nas fotografias ou sobre as próprias fotografias, o que atesta a validade e em alguns casos a qualidade do conteúdo encontrado.

Para Guimarães (2008) a Internet reúne vários formatos e ferramentas que permitem ao usuário ter acesso a uma grande quantidade de endereços capazes de auxiliá-lo a encontrar o que deseja. Contudo é importante estar atento à questão da qualidade do conteúdo, que pode ter como base os itens de verificação de informação acima, mas também a própria estruturação textual. A qualidade da informação, de acordo com Leitão (2010) é uma das questões mais discutidas pelos críticos, quanto à utilização de conteúdos produzidos pelos

usuários. Este ponto exige maior tempo para pesquisa fotográfica, contudo não inviabiliza a utilização de conteúdos produzidos pelos usuários para melhoria dos metadados do acervo fotográfico.

Diante da grande quantidade de conteúdos encontrados na Internet, foi preciso indicar os pontos a serem destacados durante a pesquisa fotográfica; para novas buscas ou para inclusão como metadados. Entre os autores que discutem a indexação de imagens Smit (1987) apresenta categorias para se descrever a imagem: QUEM (seres vivos), ONDE (ambiente), QUANDO (tempo), ONDE (espaço), O QUE (ação) e COMO (técnica). Após estudos decidiu-se por utilizar estas categorias para orientar a pesquisa fotográfica, por entender que estas categorias permitem recolher dados e informações relevantes sobre os itens representados na fotografia, além de outras informações importantes sobre a própria fotografia.

A importância da pesquisa fotográfica é perceptível ao se observar uma fotografia sobre a qual se encontrou informações e dados na Internet em comparação com uma fotografia que não foram encontrados dados e informações. A colaboração dos usuários melhora a descrição dos metadados das fotografias, como se pode verificar a seguir.

catálogo

ID: 50039

Código de Localidade: 3131703

Município: Itabira

Tipo de material: fotografia

Título: Igreja de Nossa Senhora do Rosário : Itabira (MG)

Local: [S. I.]

Editor: [s. n.]

Ano: [19--]

Descrição física: 1 fot. : p&b

Série: Acervo dos municípios brasileiros

Notas: A fundação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, também conhecida como Igreja do Rosário, remonta ao século XVIII com a construção de uma Capela. Há duas versões sobre a data exata de construção da Capela: a primeira versão diz que ela teria sido edificada pelo padre Manoel do Rosário, por volta de 1705; a outra, encontrada nos escritos de Saint Hilaire, atribui o crédito aos irmãos Albernaz, que chegaram na localidade no ano de 1720.

A Capela foi erigida Matriz a partir de 20 de dezembro de 1825, quando o povoado foi elevado à categoria de freguesia. O aumento do número de fiéis fez surgir a necessidade da construção de um templo maior. Assim, a antiga Capela foi demolida, dando lugar a um cemitério, e a atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi erguida na localidade onde sem encontra atualmente.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi tombada pelo Processo nº 338-T, inscrição número 347 do livro de Belas Artes, fl. 1, em 23-12-1949.

Em relação à estrutura física, a Igreja apresenta pintura do teto da capela-mor em caráter rococó. Carlos Del Negro, em "Contribuição ao estudo da pintura mineira", demonstra que o pintor de tal obra é o mesmo que realizou a pintura em São Francisco de Caeté e também cita a influência de Mestre Ataíde na elaboração arquitetônica. Sua planta não apresenta a clássica divisão nave-capela mor, em que a última é sempre mais estreita, dando então um maior volume ao corpo externo da nave. As paredes laterais da Igreja, portanto, são contínuas em toda sua extensão, desde a fachada principal até a posterior. Em seu assoalho de tábua corrida estão as campas onde foram sepultados os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, fundada em 1812. A maioria dessas são de escravos e negros alforriados.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário faz parte do Museu de Território Caminhos Drummondianos (um roteiro através da Cidade onde placas com poemas do Poeta estão localizadas nos lugares citados por ele em suas obras), com os poemas "Os Gloriosos", "Cemitério do Rosário" e "Pintura de Forro".

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário está localizada à Avenida João Soares da Silva s/nº, Bairro Penha.

Disponível em: <http://www.catedralitabira.com.br/igreja-do-rosario/>. Acesso em: abr. 2017.

Disponível em: <http://vivaitabira.com.br/2014/igreja-do-rosario/>. Acesso em: abr. 2017.

Disponível em: <http://migre.me/wsUnL>. Acesso em: abr. 2017.

Assuntos:

Igrejas (Edifícios); Itabira (MG); Minas Gerais

Título Secundárias: Igreja do Rosário

Download(s):



Figura 3 – Metadados com melhorias na descrição, com acréscimo de informações e dados encontrados na pesquisa fotográfica na Internet. Fonte: Acervo IBGE.

catálogo

ID: 39311
Código de Localidade: 5206602
Município: Cumari
Tipo de material: fotografia
Título: Igreja de Nossa Senhora do Rosário : Cumari, GO
Local: [S. l.]
Editor: [s. n.]
Ano: [19-]
Descrição física: 1 fot. : p&b
Série: Acervo dos municípios brasileiros

Assuntos:
Cumari (GO); Goiás (Estado); Igrejas (Edifícios)

Download(s):




Figura 4 – Metadados sem melhorias na descrição, não foram encontradas informações e dados na pesquisa fotográfica na Internet. Fonte: Acervo IBGE.

O tratamento do acervo iniciou após estruturação das etapas de pesquisa, higienização, acondicionamento, digitalização e guarda. Por alguns anos o tratamento técnico do acervo foi realizado utilizando somente os metadados citados anteriormente, até o momento que se cogitou, por parte de usuários internos, a associação das fotografias com seus municípios no site institucional Cidades que agrega informações sobre todos os municípios brasileiros tais como dados de pesquisas realizadas pelo IBGE, infográficos, mapas e formação administrativa. Esta associação daria maior visibilidade às fotografias, possibilitando assim ampliação das possibilidades de disseminação do acervo fotográfico.

Para a associação das fotografias ao site Cidades era necessária à inclusão de um campo que ligasse as fotografias aos seus respectivos municípios, devido a não estruturação da lista de assunto. E também era necessário um campo que se pudesse utilizar em associações futuras das fotografias nas demais aplicações do IBGE. Assim foi selecionado o campo código de localidade; código único que cada município brasileiro possui. Porém os profissionais responsáveis pelo tratamento técnico do acervo não utilizavam este campo, não sabiam qual o melhor formato que atenderia a necessidade do momento e as necessidades futuras.

Foram necessários alguns meses para que o campo fosse incluído por meio de um script em todos os registros das fotografias e que se decidisse sobre seu formato, conteúdo

e acesso. (Se seria obrigatório? Se conteria só número ou também o nome do município? Se apareceria para o usuário externo?) Após modificações no sistema o campo foi implementado e foram feitas mudanças no manual para incluir o metadado e sua forma de preenchimento.

No ano de 2016 surgiu a necessidade, por parte de usuários internos, de georreferenciar as fotografias, para que pudessem ser utilizadas em aplicativos de mapas e para disseminação do acervo. Tendo em vista a necessidade de disseminar o acervo para a captação fotografias, visando à completude do acervo. Contudo as coordenadas possuem diferentes padrões e institucionalmente se usa mais de um deles. Após contato com os profissionais da área de geociências e de sistemas foi possível identificar os padrões mais utilizados e selecionar o formato mais adequado.

A cidade do Rio de Janeiro (RJ) foi escolhida para iniciar a inclusão das coordenadas e outros desafios foram encontrados: Fotografias sem item representado destacado; Fotografia com mais de um item representado; Fotografia na qual o item representado já não existe mais; Fotografia na qual não foi possível localizar no mapa o item representado. E foram necessários alguns meses para que se pudesse estruturar uma orientação de pesquisa e preenchimento deste metadado. Outro agravante é que diferente do código de localidade os dados do campo de coordenadas precisam ser pesquisados e incluídos pelo bibliotecário, o que acarreta a necessidade de revisar todo o acervo, registro por registro, para preenchimento do campo.

No final de 2017 o IBGE conseguiu estender a assinatura do sistema de gestão de acervo, que era utilizado somente na Biblioteca da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), para todas as bibliotecas da Rede de Bibliotecas do IBGE. O que acarreta mudança de metadados, inclusão de novos metadados e de sua forma de preenchimento, devido ao sistema anterior não utilizar o padrão MARC 21. O processo de mudança de sistema encontra-se na fase de correção dos dados migrados para o novo sistema. Espera-se que com o novo sistema seja possível atender as demandas e necessidades dos usuários externos e internos, com um sistema que permite melhor recuperação e assim maior possibilidade de reuso das fotografias do acervo.

O desafio de transformar a colaboração passiva dos usuários em ativa continua em diálogos entre os profissionais da informação, profissionais de sistemas, profissionais da segurança de informação e responsáveis pelo novo sistema de gestão de acervo.

Referências

AMARAL, S. A. L. (1978) - Os multimeios, a biblioteca e o bibliotecário. *Revista de Biblioteconomia de Brasília* [Em linha]. Vol. 15, Nº. 1, p. 45-68. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/3008>>.

BESSER, Howard. (1990) - Visual access to visual images: The UC Berkley Image Database Project. *Library Trends* [Em linha]. Vol. 38, Nº. 4, p. 787-798. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7693/librarytrendsv38i4j_opt.pdf?sequence=1>.

BROWN, Pauline et al. (1996) - The democratic indexing of images. *New Review of Hypermedia and Multimedia* [Em linha]. Vol. 2, Nº. 1, p. 107-120. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13614569608914677>>.

ENSER, P. G. B. (1995) - Progress in documentation pictorial information retrieval. *Journal of Documentation* [Em linha]. Vol. 51, N]. 2, p. 126-170. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<https://doi.org/10.1108/eb026946>>.

FIDEL, Raya. (1994) - User-centered indexing. *Journal of the American Society for Information Science* [Em linha]. Vol. 45, Nº. 8. p. 572-576. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<http://faculty.washington.edu/fidel/RayaPubs/UserCenteredIndexing.pdf>>.

GILLILAND-SWETLAND, Anne J. (1998) - La definición de los metadatos. In: BACA, Murtha (Ed.). *Introducción a los metadatos: vías a la información digital*. Los Angeles: Paul Getty Trust, p. 1-9.

GUIMARÃES, Angelo de Moura. (2008) - Internet. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). *Introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 159-178.

HIDDERLEY, R.; RAFFERTY, P. (1997) - Democratic indexing: an approach to the retrieval of fiction. *Information Services & Use* [Em linha]. Vol. 17, N]. 2/3, p. 101-109. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<https://content.iospress.com/articles/information-services-and-use/isu17-2-3-04>>.

LANCASTER, F.W. (2004) - *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília, DF: Briquet de Lemos. 452 p. ISBN 85-85637-24-2.

LEITÃO, Paulo Jorge de Oliveira. (2010) - Conteúdo gerado pelos utilizadores: desafios para as bibliotecas. *Cadernos BAD* [Em linha]. Nº. 1. 2009/2010. p. 113-15. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/756>>.

LÉVY, P. (2007) - A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 5. ed. São Paulo: Loyola. ISBN: 978-85-15-01613-6.

MANESS, J. (2006) - Library 2.0 theory: Web 2.0 and its implications for libraries. *Webology* [Em linha]. Vol. 3 Nº. 2, Article 25. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<http://www.webology.org/2006/v3n2/a25.html>>.

MATUSIAK, Krystyna K. (2006) - Towards user-centered indexing in digital image collections. *OCLC Systems & Services: International digital library perspectives* [Em linha]. Vol. 22, Nº. 4, p. 283-298. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<https://doi.org/10.1108/10650750610706998>>.

MERHOLZ, Peter. (2004) - Metadata for the masses. [Em linha]. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<http://adaptivepath.org/ideas/e000361/>>.

MUSSER, John; O'REILLY, Tim. (2007) - Web 2.0: principles and best practices. Sebastopol, CA: O'Reilly Media, Inc. 100 p. ISBN-10: 0-596-52769-1.

RAFFERTY, Pauline; HIDDENLEY, Rob. (2007) - Flickr and democratic indexing: dialogic approaches to indexing. *Aslib Proceedings* [Em linha]. Vol. 59, Nº. 4/5, p. 397-410. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<https://doi.org/10.1108/00012530710817591>>.

SMIT, J. (1987) - A análise da imagem: um primeiro plano. In: _____. (Coord). *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT. p. 99-111.

SMITH-YOSHIMURA, Karen; SHEIN, Cyndi. (2011) - Social metadata for libraries, archives and museums part 1: site reviews. [Em linha]. Dublin, Ohio: OCLC Research. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<http://www.oclc.org/research/publications/library/2011/2011-02.pdf>>.

SUNDT, Christine L. (2002) - The image user and the search for images. In: BACA, Murtha (Ed.). *Introduction to art image access: issues, tools, standards, strategies*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2002. p. 67-85.

TOMAÉL, M. I. S. et al. (2001) - Avaliação de fontes de informação na internet: critérios de qualidade. *Informação & Sociedade: Estudos* [Em linha]. Vol. 11, Nº. 2, p. 13-35. [Consult. 8 set. 2018]. Disponível na Internet: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/1061>>.